



Ata Nº17/2020

Aos dezoito dias do mês de Novembro de dois mil e vinte, reuniram-se em plenária extraordinária, os conselheiros e conselheiras do Comdedica, em plataforma virtual do Google-Meet, para deliberar a pauta: Avaliação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e Edital do FMDCA. A presidente Márcia Martins dá as boas vindas a todos e todas e parabeniza o Conselho Tutelar pelo dia Nacional do Conselheiro, ressaltando a importância dos mesmos na proteção e defesa de crianças e adolescentes. Para primeira pauta, a presidente passa a palavra para Fabiane Asquidamini e Marcela Fonseca, Proame, para apresentação do Plano decenal. A plenária conta com representantes do CMAS como convidados, para que conhecer o Plano. Fabiane traz as principais questões, como está a estrutura do Plano. Traz um relato desde a Resolução 161 de 04/12/2013, estabelecida pelo Conanda, da estrutura que devia ser adotada pelos municípios e estados e que foi pensado a partir do ordenamento estabelecido pelo Sistema de Garantias de Direitos – Nos três Eixos: Defesa, Promoção e Controle Social. O Plano foi iniciado em Agosto de 2019, financiado através do FMDCA, executado pelo Proame, com a apresentação da metodologia ao Comdedica em diferentes etapas. Foram coletados um conjunto de dados com as secretarias – educação, saúde assistência e segurança, além dos dados nacionais disponíveis. Paralelamente estavam executando a pesquisa sobre acolhimento institucional, que muito contribuiu para a construção do diagnóstico. Fabiane agradece a contribuição dada pela comissão instituída para acompanhar, com sugestões de várias ações. Finaliza a apresentação, abrindo para perguntas, esclarecimentos, sugestões, etc. Os conselheiros e conselheiras agradeceram o esforço e parabenizaram pelo excelente trabalho desenvolvido, pelo Proame e em especial para Fabiane e Marcela. A presidente Márcia coloca o desafio de que conste no Plano Plurianual do governo municipal, com orçamento, para execução das várias ações propostas, pois serão necessários recursos para execução do Plano. Daniel Boeira, Gabinete do Prefeito, sugere já tirar representante para participar do processo, pois vê a necessidade de se construir espaço para os jovens/adolescentes, e trabalhar as transversalidades na execução. Loreto Illanes, da comissão intersetorial que acompanhou o Plano, faz a leitura do parecer favorável à aprovação do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes: **Integrantes da comissão conselheiros e conselheiras:** Secretaria de Desenvolvimento Social (Lorete e Adilson), Gabinete do Prefeito(Daniel), Secretaria dos Direitos Humanos(Rodrigo), Secretaria de Saúde(Rafaella e Veridiana), Secretaria de Educação(Dai), Associação Vida Nova(Maristel), Associação Mantenedora Pandorga(Gisele), Conselho Tutelar Norte(Patricia) e Centro(Dione), representante da Mesa do Conselho – Circulo Operário Leopoldense(Márcia) e Instituição Proame. **Convidadas:** Associação Arte e Cultura para a Paz Isaura Maia; trabalhadoras estatutárias do CRAS, da Proteção Social Básica, da Saúde Mental, da Educação e Procuradoria Especial de Mulheres Câmara

de Vereadores. A Comissão faz as ponderações e sugere que após a aprovação em plenária, o COMDEDICA prossiga à escolha da Comissão Intersetorial de Monitoramento do Plano para já dar início ao mesmo ainda em janeiro de 2021. E por último, a comissão toma a liberdade de propor aos demais conselheiros a contratação de consultoria/assessoria para junto com a Comissão Intersetorial de Monitoramento do Plano, fazer a implantação e articulação do Plano Decenal. A presidente coloca em votação o parecer da comissão: Aprovado. A presidente sugere que os conselheiros possam conversar com suas organizações para que possamos construir uma comissão de monitoramento do Plano na plenária de Dezembro. Fabiane enviará as tarefas dessa comissão, sugeridas no Plano. Márcia dá os parabéns ao Proame e a equipe técnica que produziu o material do Plano. Seguinte pauta – Edital do Fundo Municipal dos Direitos de Crianças e Adolescentes. Na plenária anterior, ficou definida uma comissão menor para pensar no Edital, pois a comissão de Políticas não estava conseguindo se reunir. Foi solicitado ao Daniel Boeira se seria possível a Secretaria da Fazenda autorizar abrir RM ainda esse ano, e o retorno foi favorável, tendo que ser justificado. O Edital visa atender os Eixos 3 e 5 do Plano Decenal. A presidente procede a leitura do Edital. Os projetos apresentados devem estar relacionados ao Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do Município de São Leopoldo/RS e responder especificamente aos seguintes eixos: serão considerados os Projetos apresentados pelas Organizações da Sociedade Civil - OSC, cujos Planos de Trabalho prevejam ações a serem desenvolvidas no período de até doze meses, que tratem dos seguintes pontos: **Eixo 3:** a) Discussões sobre Saúde Mental com grupos de adolescentes acompanhados pelas respectivas OSCs proponentes; b) ações e atividades que visem discutir questões do universo juvenil, relativas a saúde mental e outras demandas advindas deles, sendo estes protagonistas e multiplicadores de promoção e valorização da vida junto a seus pares; c) discussões com a rede intersetorial sobre protagonismo juvenil. **Eixo 5:** a) assessoria para a comissão intersetorial do Plano Decenal; b) acompanhamento e articulação da implantação do Plano Decenal junto as secretárias e órgãos públicos municipais; c) formação para a Rede Intersetorial sobre o PDDHCA; d) planejamento do biênio das ações do Plano Decenal em parceria com o Comdedica; e) formação sobre rede e ações coletivas no âmbito do que define o PDDHCA. O valor total disponibilizado pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente é de R\$200.000,00 (duzentos e mil reais). Sendo 32.500 mil para projetos relacionados ao eixo 03 do PDDHCA, totalizando um total de R\$ 130 mil reais, para contemplar 04 projetos de entidades distintas; e R\$ 70 mil reais para projeto que atenda ao eixo 05 do PDDHCA. Joiza, da Casa Aberta, pergunta se a proposta visa atender dentro dos acolhimentos ou vai além de cada serviço. Márcia explica que não foi pensado nesse ponto, se seria regional ou só dentro das instituições. Marcela fala em potencializar os espaços, dentro de cada instituição. Loreto fala de trabalhar a perspectiva de grupo, nesse viés da saúde mental, e não a contratação de psicólogo clínico ou psiquiatra. Lucirene, Talitha Kum, questiona se pode haver inscrição em mais de um eixo. Márcia explica que são ações distintas e sempre houve a preocupação de pulverizar o recurso. Acrescentar-se-á na redação que as instituições poderão participar com apenas um projeto. Tatiana, Unisinos, pergunta se o Edital, sendo ainda em período de pandemia, é para ser projetado para esse cenário ou já se prever o retorno às atividades presenciais.

Os conselheiros definiram que os projetos sejam apresentados para os dois formatos, para atendimentos virtuais e presenciais, uma vez que temos perspectivas de vacina, mas que não darão conta ou não chegarão em curto tempo, nesse primeiro semestre de 2021. Lucimar Pedroso, Gabinete do prefeito, fala que as informações que recebem na secretaria de Direitos Humanos são de que a pandemia deve persistir, visto também o relaxamento com os cuidados por parte da população, principalmente no primeiro semestre. Colocado em votação a aprovação do Edital com os acréscimos: Aprovado. Edital da FECA – o edital vai até dia 9 de Dezembro e a plenária terá que se reunir para aprovação dos projetos. As organizações que pretendem concorrer, já devem encaminhar à comissão até o dia 30 de Novembro. Será enviado e-mail às instituições, falando dos prazos, e os projetos enviados devem vir com o título EDITAL FECA. Nada mais havendo a tratar, a presidente encerra a presente plenária, agradecendo a presença de todos e todas, e para constar, eu Rejane Bottega Victoria, lavrei a presente ata.